



GLOBE

The Global Legislators Organisation

DE BAKU A BELÉM:

Reforçar o envolvimento parlamentar na ação climática na UNFCCC



Um roteiro de 10 pontos para o reforço do envolvimento parlamentar e formalização do eleitorado parlamentar na UNFCCC

Nota informativa
Agosto de 2024

Índice

Prefácio	4
1. Visão geral do envolvimento parlamentar na UNFCCC	7
a. Contexto histórico	7
b. Por que é importante envolver os parlamentares	8
c. Implicações práticas do reconhecimento dos parlamentares como um grupo constituinte formal	9
2. Propostas para elevar o envolvimento parlamentar no caminho para a COP30	10
d. Apresentação de um Campeão Parlamentar da Presidência da COP30	10
e. Estabelecer o envolvimento parlamentar como um item formal da Agenda de Ação, além de integrar a participação parlamentar em todos os itens da Agenda de Ação	11
f. Formalização de um eleitorado parlamentar dentro da UNFCCC	13
3. Roteiro de 10 pontos para o envolvimento parlamentar até a COP30	14
4. Próximas oportunidades para a Presidência da COP30	16



DE BAKU A BELÉM: **Reforçar o envolvimento parlamentar na** **ação climática na UNFCCC**

Um roteiro de 10 pontos para o reforço do envolvimento parlamentar e formalização do eleitorado parlamentar na UNFCCC

Prefácio

À medida que o mundo se prepara para a COP29 e com a nomeação da primeira membro do parlamento, Nigar Arpadarai, como Campeã de Alto Nível (HLC) da COP29, estamos otimistas quanto à perspectiva de maior visibilidade, envolvimento e impacto parlamentar no processo da UNFCCC.

Estamos ansiosos para apoiar a Sra. Arpadarai em sua função como HLC COP29 e envolvê-la como membro líder do parlamento em nossos esforços para aumentar o envolvimento parlamentar na COP29 e no Pavilhão Parlamentar planejado para a COP29 em Baku.

Na COP28, a [GLOBE Legislators](#) organizou [o primeiro Pavilhão Parlamentar](#) de sempre numa COP, com o apoio do Governo do Reino Unido. Ao longo de um programa repleto de atividades com a duração de duas semanas, recebemos membros do parlamento de todas as regiões do mundo, que demonstraram conhecimento, paixão e compromisso com a ação climática e mostraram como estavam a fazer a diferença a nível nacional e internacional, em colaboração com outros deputados de todo o mundo.

Os parlamentos fazem com que as COPs sejam importantes

Criamos a frase *“Os parlamentos fazem as COPs valerem a pena”* para deixar claro o papel vital, mas muitas vezes negligenciado e subutilizado, que os parlamentares podem desempenhar na implementação das decisões da COP se estiverem totalmente envolvidos no processo.

Agora, com os olhos voltados para a COP30 e a presidência brasileira, estamos trabalhando com ONGs brasileiras e parceiros parlamentares, Plataforma CIPO e Clima de Eleição, para pensar antecipadamente em como o Brasil pode assumir a liderança nessa agenda.

A COP do Brasil é significativa para a GLOBE, pois a organização foi fundada antes de outro evento marcante organizado pelo Brasil, a Cúpula da Terra do Rio de Janeiro 1992, que definiu uma era e deu origem às convenções da ONU sobre clima e biodiversidade, bem como à Agenda 21. O sucesso do envolvimento parlamentar na COP30 marcará, portanto, um ciclo completo para a GLOBE.

Nesta nota informativa, nos baseamos na experiência da GLOBE como a mais antiga organização parlamentar dedicada à liderança legislativa em mudanças climáticas para traçar um roteiro de 10 pontos proposto para o aprimoramento do envolvimento parlamentar e a formalização do eleitorado parlamentar na UNFCCC.

Formalização de um grupo parlamentar na UNFCCC

Acreditamos que a COP30 em Belém tem o potencial de estabelecer um novo padrão para o envolvimento parlamentar no processo de mudanças climáticas da UNFCCC e nas COPs. Isso poderia fortalecer a ação multipartidária, a construção de consensos e impulsionar a legislação pró-clima nos parlamentos nacionais, incluindo no Brasil. A Presidência pode fazer isso independentemente da aprovação da UNFCCC, pois tem o poder discricionário de identificar seus próprios principais stakeholders para envolvimento e consultas.

Para atingir esses objetivos, propomos que o Brasil reconheça os parlamentares como um grupo-chave, integrando-os aos processos de engajamento da Presidência da COP30, juntamente com os nove grupos já estabelecidos pela UNFCCC.

Nesta Nota Informativa, defendemos o seguinte Roteiro de 10 pontos.

Roteiro de 10 pontos para o envolvimento parlamentar antes da COP30:

1. **Nomear um Campeão Parlamentar da Presidência da COP30** para liderar os esforços de envolvimento parlamentar
2. **Estabelecer o envolvimento parlamentar como um item formal da Agenda de Ação** e integrar a participação parlamentar em todos os itens da Agenda de Ação
3. **Formalizar um grupo constituinte parlamentar dentro da UNFCCC**
4. **Convidar parlamentares para as principais reuniões e consultas pré-COP30**
5. **Incentivar todas as Partes a incluir parlamentares nas delegações nacionais** para as reuniões da UNFCCC e da COP30, de forma multipartidária
6. **Incluir parlamentares no Segmento de Alto Nível da COP30**
7. **Apoiar uma resolução multipartidária do Congresso Brasileiro que endosse o envolvimento formal dos parlamentares na UNFCCC e nos processos climáticos relacionados**
8. **Fornecer espaço para um Pavilhão Parlamentar ampliado na COP30**, organizado pela GLOBE como [Ponto Focal da UNFCCC](#) para o Grupo Parlamentar (como nos anos anteriores), em colaboração com organizações brasileiras
9. **Lançar uma Agenda de Parceria Parlamentar para a COP30 a ser apresentada pelo Campeão Parlamentar** (a GLOBE e a IPU poderiam ajudar a facilitar esse esforço)
10. **Reconhecer formalmente o papel vital dos parlamentares na supervisão e implementação da UNFCCC e do Acordo de Paris nos resultados finais negociados da COP30.**

Ao longo dos próximos meses, trabalharemos com nossos parceiros brasileiros e com o conjunto mais amplo de parlamentares na COP29 e além, para ampliar a discussão e aprofundar o engajamento nessa agenda.

Esperamos que este briefing seja útil e contribua para os esforços de outros nesta agenda vital. Estamos ansiosos para trabalhar com todos os interessados para garantir que o poderoso potencial da liderança parlamentar seja utilizado para acelerar a ação climática em todos os níveis.

Malini Mehra

Diretora Executiva, GLOBE Legislators

Agosto de 2024

1. Visão geral do envolvimento parlamentar na UNFCCC

a. Contexto histórico

A história do envolvimento parlamentar nas mudanças climáticas antecede a UNFCCC e remonta à Cúpula da Terra do Rio (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992) e ao surgimento da GLOBE International. Na época, o único órgão parlamentar presente no sistema da ONU era a União Interparlamentar (IPU), a organização internacional dos parlamentos. Fundada em 1889, a IPU mais tarde ganhou o status de observadora permanente na ONU. No entanto, ela não era ativa na abordagem de questões ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Na ausência de um ponto de entrada no sistema da ONU para os defensores parlamentares e do envolvimento na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), os senadores Al Gore, John Kerry e seus homólogos do Japão, Rússia e UE criaram a GLOBE (Organização Global de Legisladores para um Ambiente Equilibrado) International. A GLOBE proporcionou a primeira plataforma para o envolvimento parlamentar em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável na UNCED (também conhecida como Cúpula da Terra do Rio) e, desde então, tem permanecido como a principal organização para os defensores parlamentares se envolverem no sistema internacional sobre mudanças climáticas.

Desde a COP26 em 2021, a GLOBE tem servido como ponto focal para o Grupo Parlamentar Informal na UNFCCC, reunindo as organizações e redes parlamentares mundiais sobre mudanças climáticas. Desde a COP28, a GLOBE também hospeda o Pavilhão Parlamentar na Zona Azul nas COPs. No entanto, os parlamentares não formam um Grupo Principal ou constituinte formal na UNFCCC ou no sistema mais amplo da ONU.

A estrutura dos Grupos Principais da ONU, que inclui nove grupos constituintes principais, foi estabelecida pelo [plano de ação da Agenda 21](#) na Cúpula da Terra do Rio (UNCED) em 1992, no Brasil. Os Grupos Principais, conforme definido pela Agenda 21, são:

1. Mulheres
2. Crianças e jovens
3. Agricultores
4. Povos Indígenas
5. ONGs
6. Sindicatos
7. Autoridades locais
8. Ciência e tecnologia
9. Empresas e Indústria

Desde a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em 2015, a ONU adotou o termo “Grupos Principais e outras Partes Interessadas

(MGoS)”. As partes interessadas adicionais reconhecidas para fins de implementação da Agenda 2030 são: Pessoas com deficiência; Voluntários; Envelhecimento; Educação e Academia.

A UNFCCC, no entanto, desenvolveu sua própria interpretação dos Grupos Principais, referidos como Constituintes. Nos primeiros dias da UNFCCC, os mais engajados eram as ONGs Empresariais e Industriais (BINGOs) e as ONGs Ambientais (ENGOS). Com o tempo, outros Constituintes foram formados e reconhecidos — que, em grande parte, mas não inteiramente, refletem os Grupos Principais. Atualmente, a UNFCCC reconhece formalmente os seguintes constituintes:

- ONGs empresariais e industriais (BINGOs) - 1992
- ONGs ambientais (ENGOS) - 1992
- Autoridades governamentais locais e municipais (LGMA) - 1995;
- Organizações de povos indígenas (IPO) - 2001;
- ONGs de pesquisa e independentes (RINGO) - 2003;
- ONGs sindicais (TUNGO) - 2008;
- Mulheres e gênero - 2011
- ONGs juvenis (YOUNGO) - 2011.

Mais recentemente, os agricultores solicitaram o reconhecimento como grupo constituinte e estão atualmente operando em caráter provisório.

Os nove pontos focais dos grupos constituintes desempenham um papel importante na facilitação do intercâmbio de informações entre o secretariado da UNFCCC e as ONGs observadoras admitidas, dentro do que a UNFCCC descreve como “um sistema flexível e gerenciável” de envolvimento das ONGs.

Desde 2021, a UNFCCC introduziu uma nova categoria de “Grupos Informais” de ONGs, que inclui: Grupos religiosos (FBOs); ONGs de Educação, Capacitação e Divulgação (ECONGO); e Parlamentares. A GLOBE atua como ponto focal para o novo “Grupo Informal” de Parlamentares.

b. Por que é importante envolver os parlamentares

Os parlamentares são cruciais para a eficácia do processo intergovernamental porque, ao contrário de qualquer outro grupo importante, eles têm o mandato constitucional de garantir tanto a responsabilidade do Executivo quanto a implementação doméstica dos compromissos assumidos internacionalmente.

No entanto, os parlamentares nacionais muitas vezes têm uma compreensão limitada dos processos internacionais, como a UNFCCC, e essa falta de conhecimento e exposição pode frequentemente ser desempoderadora. As décadas de experiência da GLOBE em levar parlamentares às COPs são uma prova de como essa exposição pode ser transformadora. Por exemplo, muitas leis e políticas sobre mudanças climáticas surgiram diretamente como resultado da experiência em primeira mão de participar das COPs e se envolver com o processo climático da UNFCCC.

Nosso objetivo é defender a elevação desse “Grupo Informal” ao status formal de Constituinte dentro da UNFCCC. Existem três precedentes importantes que apoiam o potencial reconhecimento dos membros eleitos do parlamento como um novo Constituinte.

- Autoridades públicas eleitas, como prefeitos e governadores, já são membros do Governo Local e Autoridades Municipais (LGMA), que foi admitido como um grupo constituinte em 1995;
- O Grupo Constituinte de Pesquisa e ONGs Independentes (RINGO) foi reconhecido pela UNFCCC, embora seja diferente do Grupo Principal de Ciência e Tecnologia estabelecido pela Agenda 21 na Cúpula da Terra do Rio. Esse reconhecimento ressalta o impacto da defesa eficaz na formação da representação das partes interessadas da UNFCCC;
- Da mesma forma, o grupo dos agricultores recebeu o status de Constituinte Provisório em resposta ao pedido de reconhecimento formal da Organização Mundial dos Agricultores. Esse status provisório permite sua participação enquanto a UNFCCC delibera sobre uma decisão final a respeito de seu status oficial.

c. Implicações práticas do reconhecimento dos parlamentares como grupo constituinte formal

Para os parlamentares, obter o status oficial de grupo constituinte na UNFCCC permitiria um envolvimento formal e estruturado com o Secretariado, a Presidência e as Partes da UNFCCC em uma série de questões relevantes para os processos climáticos, incluindo a agenda formal de negociações. Além disso, os parlamentares também poderiam desempenhar um papel direto nos parlamentos nacionais, garantindo que o Acordo de Paris e outros compromissos sejam cumpridos e efetivamente implementados por meio de estruturas e disposições legais de apoio em nível nacional.

Tornar-se um grupo constituinte também levaria a uma maior alocação de passes da Zona Azul da UNFCCC para o Grupo Parlamentar, permitindo que mais membros do Parlamento (MPs) participassem, uma vez que a acreditação ainda é exigida para todos os atores não estatais no processo da COP da UNFCCC. Além disso, defendemos que todas as delegações das Partes incluam um grupo multipartidário de MPs nas COPs e outras reuniões governamentais relevantes.

2. Propostas para elevar o envolvimento parlamentar no caminho para a COP30

a. Apresentação de um Campeão Parlamentar da Presidência da COP30

i. Campeão de alto nível

O Campeão de Alto Nível, estabelecido na COP21 em Paris, é uma figura-chave nomeada pela presidência da COP para preencher a lacuna entre os governos nacionais e as ações colaborativas de atores não estatais, incluindo cidades, regiões, empresas, investidores e sociedade civil. O trabalho dos Campeões está centrado em dois objetivos principais:

- **Envolvimento e alinhamento com os objetivos do Acordo de Paris:** colaborar com as Partes interessadas e as partes interessadas não signatárias para conectar iniciativas e coalizões com planos de ação nacionais, tais como as contribuições nacionalmente determinadas (NDC) ao abrigo do Acordo de Paris.
- **Mobilização e coordenação:** contribuir para os esforços que impulsionam a ação climática, incluindo o apoio ao secretariado da UNFCCC na organização de reuniões de especialistas técnicos, promovendo a colaboração entre as presidências atuais e futuras da COP e coordenando eventos anuais de alto nível para aumentar a ambição e a ação climática.

Os anteriores Campeões de Alto Nível da COP incluem:

- COP29 - Azerbaijão: Nigar Arpadarai (**a Sra. Arpadarai é a primeira campeã da COP a ser membro do Parlamento**);
- COP28 - Emirados Árabes Unidos: Razan Al Mubarak (Presidente da União Internacional para a Conservação da Natureza);
- COP27 - Egito: Dr. Mahmoud Mohieldin (Enviado Especial das Nações Unidas para o Financiamento da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030);
- COP26: Reino Unido: Nigel Topping (CEO da We Mean Business).

ii. Campeões temáticos: A Presidência Campeã Juvenil do Clima

A Presidência da COP 27 nomeou a primeira Enviada da Juventude, Dra. Omnia El Omrani, para inspirar e promover o envolvimento dos jovens antes e durante a COP 27. Seguindo esse legado, a Presidência da COP 28 nomeou S. Ex.^a Shamma Al Mazrui para servir como a primeira Campeã da Juventude pelo Clima com uma função ministerial para ampliar ainda mais o trabalho de organizações lideradas por jovens e focadas na juventude dentro do processo da UNFCCC.

Reconhecendo a oportunidade para futuras presidências da COP, as Partes decidiram estabelecer formalmente a função de Campeão da

Juventude pelo Clima da Presidência, com idades entre 18 e 35 anos, a ser nomeado para agir em nome da Presidência da COP para facilitar o envolvimento significativo e inclusivo de crianças e jovens na ação climática, inclusive no âmbito do processo da UNFCCC.

Com base no precedente da criação do Campeão Juvenil do Clima da Presidência, o Brasil deve nomear um Enviado Parlamentar ou um Campeão Parlamentar da Presidência da COP.

- iii. Enviado Parlamentar ou Campeão Parlamentar da Presidência da COP

As atribuições potenciais para essa função incluem:

- Promover o alinhamento entre a agenda do Congresso brasileiro e os objetivos da presidência da COP30;
- Fortalecer o apoio às prioridades da presidência da COP30, mobilizando parlamentares de outras Partes, uma tarefa atualmente facilitada pela GLOBE por meio de sua função de Ponto Focal da UNFCCC;
- Colaborar diretamente com o Grupo Parlamentar Informal da UNFCCC e a GLOBE, como Ponto Focal, para elevar o perfil do grupo ao de um constituinte formal e aumentar o envolvimento parlamentar mais amplo dentro da UNFCCC e processos relacionados.

b. Estabelecer o Envolvimento Parlamentar como um item formal da Agenda de Ação, além de integrar a participação parlamentar em todos os itens da Agenda de Ação

- i. O que é a Agenda de Ação da COP29

Cada Presidência pode definir sua Agenda de Ação, delineando prioridades temáticas e políticas. A Presidência da COP29 anunciou uma Agenda de Ação de 14 pontos:

1. Fundo de Ação para o Financiamento Climático - CFAF (de países e empresas produtores de combustíveis fósseis)
2. Iniciativa de Baku para o Financiamento Climático, Investimento e Diálogo Comercial
3. Parceria de Investimento para uma Transição Justa (JTIP) para Empregos e Competências
4. Compromisso com a Energia Verde
5. Compromisso com o Armazenamento de Energia Verde
6. Iniciativa de Hidrogênio Limpo
7. Apelo à trégua da COP
8. Caminho de ação digital para um mundo verde
9. Investir em capital humano, saúde e empregos para um futuro resiliente às alterações climáticas
10. HARMONIYA para a resiliência climática: capacitando agricultores, aldeias e comunidades rurais
11. Diálogo de Baku sobre Água e Clima: Reforçando as Ações sobre Mudanças Climáticas e o Nexso Água

12. Parceria de Ações Multissetoriais (MAP) para Cidades Sustentáveis, Resilientes às Alterações Climáticas e Saudáveis (*Inclui o

envolvimento dos parlamentares)

13. Parceria Global para Ações Climáticas Reforçadas no Turismo (GPECAT)

14. Parceria para a Redução de Resíduos Orgânicos (ROW): Reduzindo o Metano e Enriquecendo o Solo

ii. Por que a Agenda de Ação é importante

A Agenda de Ação é definida a critério da Presidência, refletindo suas próprias prioridades.

Por exemplo, a Parceria de Ações Multissetoriais (MAP) da COP29 para Cidades Sustentáveis, Resilientes ao Clima e Saudáveis baseia-se em iniciativas com foco urbano lançadas pelas presidências da COP27 e da COP28. É importante ressaltar que esta é a primeira iniciativa a incluir formalmente parlamentares como partes interessadas. A GLOBE está colaborando com a Presidência da COP29 para apoiar a inclusão de parlamentares em todos os 14 itens da Agenda de Ação, com o objetivo de estabelecer um “novo normal” para o envolvimento parlamentar nas iniciativas da Presidência da COP.

iii. Oportunidades para o Brasil

O Brasil tem a oportunidade de aproveitar os marcos alcançados pela Tróica da Presidência da COP (Emirados Árabes Unidos, Azerbaijão e Brasil) no que diz respeito ao envolvimento parlamentar:

Na COP28 em Dubai, a GLOBE organizou o primeiro Pavilhão Parlamentar da história da UNFCCC. O Pavilhão serviu como um centro para parlamentares de todo o mundo, incluindo parlamentares brasileiros de vários partidos. Ele sediou o lançamento e o debate de vários relatórios e atividades, incluindo o lançamento do Planet Caucus pela congressista Celia Xakriabá.

Na COP29 em Baku, a Sra. Nigar Arpadarai, membro independente do parlamento de Baku Central, tornou-se a primeira parlamentar a ser nomeada Campeã de Alto Nível. A COP29 também incluiu o envolvimento parlamentar na Agenda de Ação de 14 pontos da Presidência. A Zona Azul também contará com um Pavilhão Parlamentar, organizado pela GLOBE como ponto focal para o Grupo Parlamentar informal.

O Brasil deve aproveitar essas conquistas para sediar a terceira edição do Pavilhão Parlamentar e estabelecer o Envolvimento Parlamentar como um item formal da Agenda de Ação. Além disso, a participação parlamentar deve ser integrada em todos os itens da Agenda de Ação para a COP30.

c. Formalização de um Eleitorado Parlamentar dentro da UNFCCC

A COP30 em Belém tem o potencial de estabelecer um novo padrão para o engajamento parlamentar no processo de mudanças climáticas da UNFCCC e nas COPs. Isso poderia fortalecer a ação multipartidária, a construção de consensos e impulsionar a legislação pró-clima nos parlamentos nacionais, incluindo no Brasil. A Presidência pode fazer isso independentemente da aprovação da UNFCCC, pois tem o poder discricionário de identificar seus próprios principais stakeholders para engajamento e consultas. Para atingir esses objetivos, o Brasil deve reconhecer os parlamentares como um grupo constituinte fundamental, integrando-os aos processos de engajamento da Presidência da COP30, juntamente com os nove grupos constituintes existentes da UNFCCC (listados acima).

3. Roteiro de 10 pontos para o envolvimento parlamentar até a COP30

1. **Nomear um Campeão Parlamentar da Presidência da COP30** para liderar os esforços de engajamento parlamentar (ver seção 2 para a descrição da função);
2. **Estabelecer o envolvimento parlamentar como um item formal da Agenda de Ação** e integrar a participação parlamentar em todos os itens da Agenda de Ação (ver seção 2 para mais detalhes);
3. **Formalizar um grupo constituinte parlamentar dentro da UNFCCC** (ver seção 2 para mais detalhes);
4. **Convidar parlamentares para as principais reuniões e consultas pré-COP30** (a GLOBE, como ponto focal do Grupo Parlamentar da UNFCCC, pode facilitar esse processo);
5. **Incentivar todas as Partes a incluir parlamentares nas delegações nacionais** para as reuniões da UNFCCC e da COP30, de forma multipartidária;
6. **Incluir parlamentares no Segmento de Alto Nível da COP30;**
7. **Apoiar uma resolução multipartidária do Congresso Brasileiro que endosse o envolvimento formal dos parlamentares na UNFCCC e nos processos climáticos relacionados** (a Plataforma CIPÓ e a GLOBE podem facilitar esse processo por meio do Grupo de Trabalho sobre o Clima da Frente Ambientalista do Congresso e outros canais relevantes);
8. **Proporcionar espaço para um Pavilhão Parlamentar ampliado na COP30**, organizado pela GLOBE como Ponto Focal da UNFCCC para o Grupo Parlamentar (como nos anos anteriores), em colaboração com organizações brasileiras;
9. **Lançar uma Agenda de Parceria Parlamentar para a COP30 a ser apresentada pelo Campeão Parlamentar** (a GLOBE e a IPU poderiam ajudar a facilitar esse esforço);
10. **Reconhecer formalmente o papel vital dos parlamentares na supervisão e implementação da UNFCCC e do Acordo de Paris nos resultados finais negociados da COP30.**

Ao implementar essas etapas, o Brasil alcançará um marco significativo no reconhecimento formal dos parlamentares no processo da UNFCCC, estabelecendo um precedente que poderia se estender às outras duas Convenções do Rio sobre Biodiversidade e Desertificação. Como Presidência da COP30, o Brasil tem autoridade e discricionariedade para tomar essas medidas, o que estabelecerá um novo padrão para o envolvimento parlamentar na governança ambiental global.

O Brasil pode conseguir isso não por meio do longo e politicamente oneroso processo de negociações formais na Assembleia Geral da ONU ou no ECOSOC, mas sim por meio de uma abordagem *de fato* mais eficiente. Simplesmente mudando as práticas de engajamento, nomeando um Campeão Parlamentar

para sinalizar a intenção da Presidência e iniciando novos processos e parcerias que aproveitem o impulso das Presidências da COP28 e da COP29, o Brasil pode efetivamente estabelecer essa nova norma sem gastar capital político desnecessário. Em essência, a Tróica das Presidências da COP terá aberto caminho para um papel e um envolvimento reforçados dos parlamentares nos processos da COP da UNFCCC, mas será o Brasil que consolidará esse progresso.

Apropriadamente, três décadas após a Cúpula da Terra do Rio, quando o Brasil apresentou ao mundo o conceito de Grupos Principais, o país agora tem a oportunidade de elevar os parlamentares como um grupo crucial para o cumprimento da UNFCCC e do Acordo de Paris.

4. Próximas oportunidades para a Presidência da COP30

O Brasil deve aproveitar os principais eventos internacionais para sinalizar seu compromisso com o fortalecimento do papel dos parlamentares nos processos internacionais, particularmente dentro da UNFCCC, como parte de sua agenda para a COP30. Para garantir que essa intenção política ganhe força, seria importante incluir referências ao seu desejo de promover o envolvimento parlamentar nas principais declarações e discursos presidenciais que antecedem a COP30.

As oportunidades para destacar a importância do envolvimento parlamentar na implementação de compromissos internacionais, especialmente na esfera climática, incluem:

- Debate Geral de alto nível da 79ª sessão da Assembleia Geral da ONU em Nova York
- Cúpula dos Líderes do G20 no Rio (incluindo referência à 1ª Reunião das Mulheres Parlamentares do P20 em julho de 2024 em Alagoas)
- Cúpula do BRICS 2024, Kazan, Rússia
- Segmento de alto nível da COP29 em Baku, Azerbaijão





GLOBE

The Global Legislators Organisation

© **GLOBE Legislators 2024**

37-39 Arduinkaai, bte 16, B-1000 Brussels, Belgium

0445.593.551. RPM - Tribunal de Bruxelles - BE12 0689 0292 1392

Email: secretariat@globelegislators.org

www.globelegislators.org ✕ @GLOBE_jntl

in /in/globe-legislators/